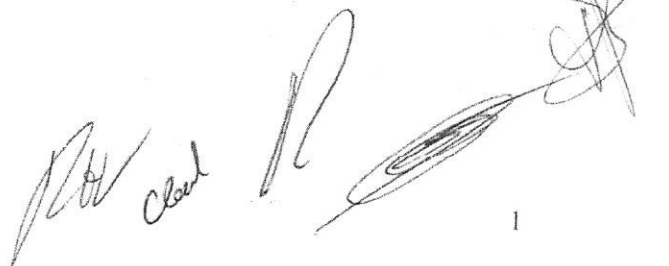


**DECISION SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**

**ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 16**

Assinam o presente instrumento:

**JOSÉ RAMON VALDEOLIVAS GOMEZ**, espanhol, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador do CPF nº 054.989.617-15, Cédula de Identidade RG nº W665646-0 CIMCRE/CGPMAF, residente e domiciliado na Avenida Lúcio Costa nº 3602 Bloco 02 apartamento 2.701, Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **FERNANDO ANTONIO BATISTA DE MESQUITA**, brasileiro, Técnico em Eletrônica, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador do CPF nº 961.227.657-91, Cédula de Identidade RG nº 200513828-2 CREA/RJ, residente e domiciliado na Rua Debora OEI Prince nº 320 CA, Qd. 07, lote 15 – Condomínio Quintas do Rio, Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; **CESAR RENATO DÓRIA SIMAS**, brasileiro, economista, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador do CPF nº 347.991.337-72, Cédula de Identidade RG nº 32.989.665-9 SSP/SP, expedida em 01.11.1994, residente e domiciliado na Estrada Barcelona nº 1.200, Casa 02, Embu das Artes na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; **CLAUDIO JOSÉ MARTINS DE MIRANDA**, brasileiro, economista, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador do CPF nº 021.922.287-83, Cédula de Identidade RG nº 07958526-1 IFP/RJ, expedida em 03.03.1986, residente e domiciliado na Estrada Oscar Vidal SN CH4, Tinguá, na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro; e **RAMON HASKY VALDEOLIVAS**, brasileiro, solteiro, nascido em 28.10.1985, engenheiro eletricista, portador da carteira de identidade nº 21.509.831-0, expedida pelo Detran/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.281.407-60, residente e domiciliado na Avenida Lúcio Costa nº 3602 Bloco 02 apartamento 2.701, Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sócios representando a totalidade do capital social da sociedade limitada **DECISION SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**, estabelecida na SETOR HOTELEIRO SUL, QUADRA 06, CONJUNTO A, BLOCO A, SALA 807 - ASA SUL, Brasília/DF, CEP 70.322-915, inscrita no CNPJ sob o nº 03.535.902/0001-10 e no CF/DF sob o nº 07.404.804/001-41, com seu contrato de constituição arquivado na JCDF sob o nº 53201002047, despacho em 26.11.1999, tem justos e contratados a presente Alteração e Consolidação Contratual, e o fazem na melhor forma do direito, passando a mesma a integrar o mencionado Contrato, sob as cláusulas e condições seguintes:



## **CLÁUSULA PRIMEIRA – ABERTURA FILIAL 02**

A sociedade resolve abrir uma nova filial que se localizará na Rua Arizona nº 1422 CJ 76 – Ed. Platinum Building Berrini – Berrini – São Paulo/SP – CEP:04567-003

## **CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DE DECISION SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**

CNPJ Nº 03.535.902/0001-10

NIRE 53201002047

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL**

A Sociedade girará sob a denominação social de **DECISION SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.** e nome de fantasia de **DECISION TECNOLOGIA.**

## **CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO SOCIAL**

A sociedade tem como objetivos sociais para Matriz e Filiais, a saber:

**Parágrafo Primeiro:** A Matriz da Sociedade tem por objeto o comércio, importação, exportação e locação de bens móveis, máquinas e equipamentos, peças e suprimentos em informática, telecomunicações, elétricos e eletrônicos, a prestação de serviços de assistência e suporte técnico para as áreas de planejamento, instalação e Manutenção de bens em informática, telecomunicações, elétricos e eletrônicos e ainda a prestação de serviços de processamento de dados, licenciamento ou cessão de uso de programas de computação e representação comercial.

**Parágrafo Segundo:** As Filiais da Sociedade têm por objeto o Comércio, importação, exportação e locação de bens móveis, máquinas e equipamentos, peças e suprimentos em informática, telecomunicações, elétricos e eletrônicos, prestação de serviços de assistência e suporte técnico para as áreas de planejamento, instalação e manutenção de bens em informática, telecomunicações, elétricos e eletrônicos e ainda a prestação de serviços de processamento de dados, licenciamento ou cessão de uso de programas de computação e representação comercial.

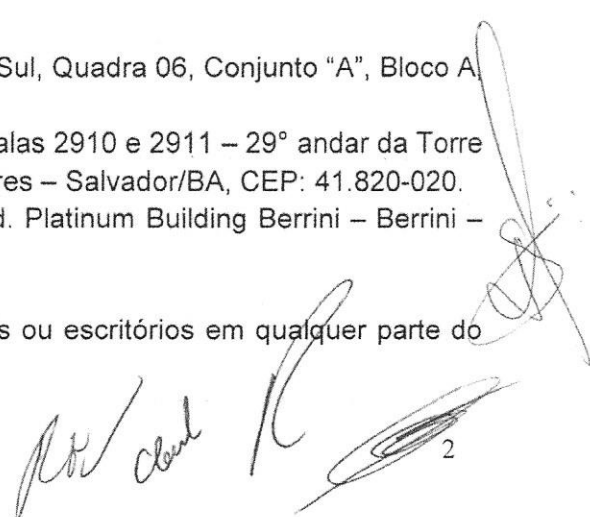
## **CLÁUSULA TERCEIRA – SEDE SOCIAL**

A sociedade tem sua sede Matriz no Setor Hoteleiro Sul, Quadra 06, Conjunto "A", Bloco A, Sala 102, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.322-915.

**FILIAL 01** – Avenida Tancredo Neves, 620, salas 2910 e 2911 – 29º andar da Torre Empresarial do Ed. Mundo Plaza, Caminho das Árvores – Salvador/BA, CEP: 41.820-020.

**FILIAL 02** - Rua Arizona nº1422 CJ 76 – Ed. Platinum Building Berrini – Berrini – São Paulo/SP – CEP: 04567-003

**Parágrafo Primeiro:** A Sociedade poderá abrir filiais ou escritórios em qualquer parte do

The block contains several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures is a circular stamp with a signature inside it. At the bottom right, there is a small number '2'.

território nacional, atribuindo-lhes o capital nominal que julgar útil ou necessário ao fim colimado, parcela esta que destacará de seu próprio capital para efeitos fiscais.

#### **CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE DURAÇÃO**

A Sociedade iniciou suas atividades em 01 de dezembro de 1999, e seu tempo de duração é indeterminado.

#### **CLÁUSULA QUINTA – CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, é de R\$ 1.027.971,47 (um milhão, vinte e sete mil, novecentos e setenta e um reais e quarenta e sete centavos), dividido em 102.797.147 (cento e dois milhões, setecentas e noventa e sete mil, cento e quarenta e sete) quotas, com valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo de real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

SÓCIOS	PERCENTUAL	Nº COTAS	VL.TOTAL R\$
JOSE RAMON VALDEOLIVAS GOMEZ	72,04%	74.056.985	740.569,85
FERNANDO ANTONIO BATISTA DE MESQUITA	15,15%	15.573.368	155.733,68
RAMON HASKY VALDEOLIVAS	5,23%	5.374.931	53.749,31
CESAR RENATO DORIA SIMAS	4,55%	4.676.170	46.761,70
CLAUDIO JOSÉ MARTINS DE MIRANDA	3,03%	3.115.693	31.156,93
TOTAL	100,00%	102.797.147	1.027.971,47

**Parágrafo Primeiro:** As quotas estão totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.

**Parágrafo Segundo:** Considerando que tramita na Justiça do Estado do Rio de Janeiro ação judicial em que se discute o valor da apuração de haveres do ex-sócio Marcos Gomes de Oliveira, e que a Sociedade se responsabilizará pelo pagamento em questão, quando transitar em julgado a liquidação do valor devido, fica acordado que os sócios deverão deliberar aumento de capital para fazer frente esse desembolso, pela Sociedade, na proporção das respectivas participações societárias.

#### **CLÁUSULA SEXTA: RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS**

Os sócios declaram nos termos do artigo 1052 do Código Civil, que a responsabilidade de cada um é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pelo capital social.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – EXERCÍCIO SOCIAL**

O exercício social respeitará o ano calendário.



3

## **CLÁUSULA OITAVA - ADMINISTRAÇÃO**

A administração da Sociedade será realizada por até 06 (seis) Diretores, sendo 01 (um) deles denominado Diretor Presidente e os demais Diretores sem denominação específica. Os diretores podem agir separadamente ou em conjunto com os poderes e atribuições de administrar e gerenciar a Sociedade. É vedado aos Diretores o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social, observado o disposto no Parágrafo Segundo, abaixo.

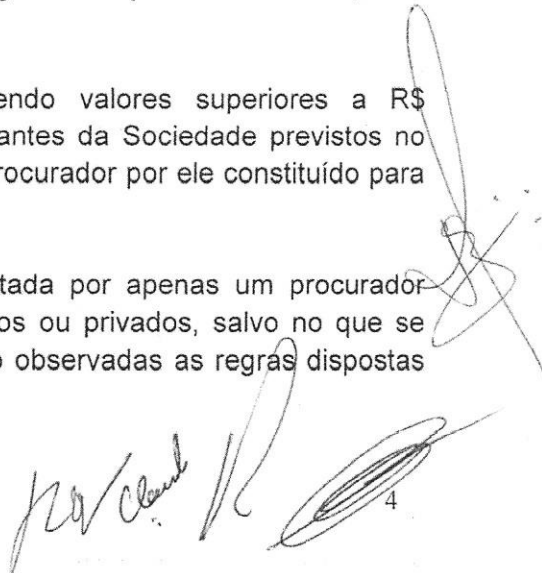
**Parágrafo Primeiro:** Os seguintes atos podem ser praticados pelos Diretores isoladamente: representar a Sociedade em Juízo ou extrajudicialmente, perante qualquer pessoa natural ou jurídica, incluindo órgãos públicos, autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista, em qualquer esfera.

**Parágrafo Segundo:** Os seguintes atos somente podem ser praticados: (a) por 2 (dois) representantes da Sociedade, sejam eles Diretores ou procuradores com poderes bastantes e específicos:

- emitir cheques comuns ou cheques eletrônicos;
- execução de transações eletrônicas;
- emitir notas promissórias, duplicatas ou letras de câmbio;
- autorizar protestos, descontos em duplicatas, abatimentos ou prorrogações de vencimentos;
- emitir ordens de pagamento a débito de conta na Sociedade junto a entidades financeiras;
- endossar cheques e ordens de pagamento para depósito em conta da Sociedade;
- admitir e demitir empregados;
- assinar borderô de desconto ou cobrança, endossar títulos de crédito para desconto ou cobrança;
- receber e dar quitação em duplicatas e outros títulos de crédito;
- aceitar e endossar letras de câmbio;
- constituir penhor de qualquer natureza;
- adquirir, alienar ou constituir qualquer ônus sobre bens imóveis da Sociedade;
- oferecer bens imóveis em alienação fiduciária;
- contratar empréstimos;
- a criação de quaisquer obrigações e a constituição de gravames para a Sociedade;
- outorgar procurações.

**Parágrafo Terceiro:** Nos atos da Sociedade envolvendo valores superiores a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), um dos representantes da Sociedade previstos no Parágrafo Segundo deverá ser o Diretor Presidente ou procurador por ele constituído para tal finalidade.

**Parágrafo Quarto:** A Sociedade poderá ser representada por apenas um procurador com poderes bastantes em processos licitatórios públicos ou privados, salvo no que se refere à assinatura do contrato resultante, em que serão observadas as regras dispostas nos parágrafos Primeiro e Segundo, acima.



Handwritten signatures and a circled number 4.

**Parágrafo Quinto:** São eleitos como Diretores da Sociedade os Srs. **José Ramon Valdeolivas Gomez**, anteriormente qualificado, designado como Diretor Presidente, **Claudio José Martins de Miranda**, anteriormente qualificado, designado como Diretor sem denominação específica; **Ramon Hasky Valdeolivas**, anteriormente qualificado, designado como Diretor sem denominação específica, **Fernando Antonio Batista de Mesquita** anteriormente qualificado, designado como Diretor sem denominação específica, e **Cesar Renato Doria Simas**, anteriormente qualificado, designado como Diretor sem denominação específica

**Parágrafo Sexto:** Fica estabelecida que toda e qualquer despesa da Sociedade deverá ter prévia aprovação de um ou mais sócios administradores, conforme limites de valores fixados em reunião de sócios, sendo vedada a aprovação de contas realizadas pelo próprio administrador beneficiado pela despesa objeto de aprovação.

#### **CLÁUSULA NONA - PROCURADORES**

A Sociedade poderá outorgar procurações, sempre, assinadas por 02 (dois) Diretores, conterão os poderes e o prazo de validade devidamente especificados no respectivo instrumento, exceto se outorgadas a advogados para a defesa dos direitos da Sociedade em processos administrativos ou judiciais, quando não terão prazo de validade determinado.

**Parágrafo Primeiro:** As procurações com poderes específicos para praticar os atos reservados ao Diretor Presidente deverão ser assinadas pelo Diretor Presidente.

**Parágrafo Segundo:** Salvo nos casos de procurações outorgadas a advogados, as procurações outorgadas pela Sociedade terão cláusula de vedação ao substabelecimento dos poderes outorgados pelos mandatários.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - CAUÇÃO**

Ficam os diretores dispensados de prestar caução em garantia de seus atos de administração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRO LABORE**

Os Administradores terão direitos a uma retirada mensal, a título de *pro labore*, cujo valor será fixado em comum acordo entre os sócios e dentro dos limites permitidos pela legislação em vigor.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PREFERÊNCIA**

As quotas são indivisíveis. As quotas representativas do capital social não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, aos quais fica assegurado, em igualdade de condições e preço, proporcionalmente à participação de cada um dos sócios, o direito de preferência para a aquisição das quotas ofertadas. O interesse na aquisição deverá ser manifestado dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da cópia da oferta feita pelo terceiro, por escrito. Se algum sócio não manifestar interesse na aquisição, seu direito de preferência será automaticamente transferido aos que se interessarem, proporcionalmente às respectivas participações societárias. Não haverá direito de preferência para que sócios transfiram direta ou



indiretamente todas ou parte de suas quotas a seus parentes de primeiro grau, exclusivamente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Os seguintes atos dependerão da aprovação de sócios detentores de mais que  $\frac{3}{4}$  (três quartos) das quotas representativas do capital social:

- (a) Qualquer alteração do contrato social, inclusive sua majoração ou redução do capital social; e
- (b) Exclusão extrajudicial de sócios, conforme **Cláusula Décima Sétima** deste Contrato Social;

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REUNIÕES DE SÓCIOS**

As deliberações sociais serão tomadas em reuniões de sócios. Estas poderão ser convocadas pelo administrador ou por qualquer dos sócios mediante simples carta com aviso de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação à data da realização, dispensadas quaisquer outras formalidades, instalando-se com o quórum mínimo necessário para a deliberação a ser tomada. Dependem de deliberação em reunião as seguintes matérias:

- (a) a aprovação das contas da administração;
- (b) a designação ou destituição dos administradores e respectivas remunerações;
- (c) a modificação do contrato social;
- (d) a incorporação, a fusão e a dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- (e) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- (f) o pedido de recuperação judicial.

**Parágrafo Primeiro:** As deliberações dos sócios sobre as matérias previstas nos itens acima, quando exigido em lei, deverão ser tomadas pelos votos correspondentes a, no mínimo, três quartos do capital social. As demais deliberações poderão ser tomadas pelos votos correspondentes à maioria simples do capital social.

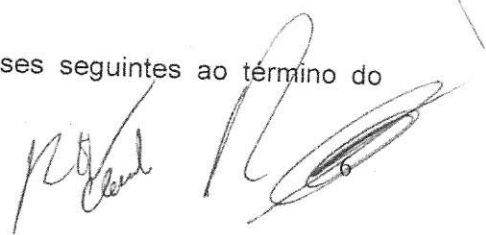
**Parágrafo Segundo:** As reuniões tornam-se dispensáveis quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

**Parágrafo Terceiro:** As deliberações tomadas de conformidade com a lei e o contrato vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – EXERCÍCIO SOCIAL**

O exercício social terá início no dia 1º de janeiro e encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que será levantado o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras do exercício exigidas por lei.

**Parágrafo Primeiro:** Uma vez por ano, e nos quatro meses seguintes ao término do



exercício social será realizada reunião anual de sócios, para tratar obrigatoriamente dos seguintes assuntos: aprovação das contas dos administradores, aprovação das demonstrações contábeis, designação de administrador, sendo certo que qualquer outro assunto pode ser incluído na ordem do dia, tudo conforme artigos 1071 e seguintes do Código Civil.

**Parágrafo Segundo:** A Sociedade poderá, por deliberação de sócios representando a maioria do capital social: (a) distribuir dividendos com base nos lucros acumulados e nas reservas de lucros existentes no último balanço semestral ou anual levantado pela Sociedade; (b) levantar balanços em períodos menores e distribuir dividendos com base nos resultados apurados nos mesmos; (c) independentemente de balanço, se facultado pela legislação pertinente, distribuir resultados apurados de outra forma; e (d) distribuir lucros em proporções diferentes das participações societárias de cada sócio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- IMPEDIMENTOS E SUCESSÃO**

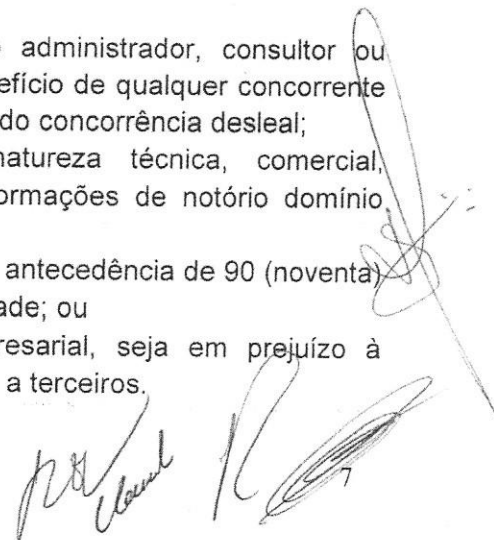
No caso de retirada, interdição, inabilitação ou falecimento de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá.

Caso seus herdeiros não queiram prosseguir na sociedade, nos casos de interdição, inabilitação ou falecimento, os sócios remanescentes devem proceder a um Balanço Geral Extraordinário, dentro do prazo de trinta dias, da data do evento, e cujos haveres serão pagos ao sócio retirante, interdito, inabilitado ou aos herdeiros legais do sócio falecido, em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, representada por 24 (vinte e quatro) Notas Promissórias corrigidas monetariamente pelo IGP (Índice Geral de Preços) da Fundação Getúlio Vargas, vencendo a primeira 40 (quarenta) dias após a apuração dos resultados do referido Balanço Geral Especial, que será realizado por ocasião do evento e o cálculo dos haveres será feito com base no Patrimônio Líquido apurado, em valores corrigidos monetariamente. No caso de falecimento de um dos Sócios se a família ou seus representantes legais não abrirem inventário no prazo de 30 (trinta) dias após o seu falecimento a sociedade o fará.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EXCLUSÃO DE SÓCIOS**

Qualquer sócio poderá ser excluído da Sociedade por iniciativa dos demais, nas seguintes hipóteses:

- a) em caso de divergência grave;
- b) na hipótese de abuso, prevaricação, violação ou falta de cumprimento das obrigações sociais por parte de sócio;
- c) no caso de o sócio, mesmo não atuando como administrador, consultor ou empregado da Sociedade, exercer atividade em benefício de qualquer concorrente da Sociedade, a qualquer título, o que será considerado concorrência desleal;
- d) divulgar quaisquer informações sigilosas, de natureza técnica, comercial, estratégica ou financeira, não consideradas as informações de notório domínio público;
- e) ausentar-se, imotivadamente e sem prévio aviso com antecedência de 90 (noventa) dias das funções eventualmente exercidas da Sociedade; ou
- f) praticar atos incompatíveis com a atividade empresarial, seja em prejuízo à Sociedade e/ou em benefício indevido, a si próprio ou a terceiros.



**Parágrafo Primeiro:** A exclusão extrajudicial do sócio somente poderá ser determinada, através de reunião especialmente convocada para este fim, sendo certo que o sócio acusado deverá estar ciente em tempo hábil, a fim de permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

**Parágrafo Segundo:** Sendo remisso o sócio, poderão os outros sócios tomar a si suas quotas ou transferi-las a terceiros, pagando ao remisso o valor das integralizações realizadas com base no valor patrimonial das quotas, apuradas no Balanço elaborado no mês de sua exclusão.

**Parágrafo Terceiro:** Nas hipóteses elencadas nas letras, "a" e "b" do Parágrafo Primeiro supra, o sócio afastado fará jus a seus haveres, conforme Cláusula Décima Sexta, ficando, porém, responsável pelas obrigações contraídas e perdas havidas até a data de sua exclusão, com sua retenção até que sejam liquidadas as obrigações sociais pendentes, contraídos antes de sua exclusão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Os administradores declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude da condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

Eventuais conflitos entre os Sócios e/ou seus sucessores entre si e entre eles e a Sociedade deverão ser solucionados, em definitivo, por meio de mediação ou arbitragem, devendo esta ser conduzida pela Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas (a "Câmara FGV"), e aplicando-se, no que couber, o Regulamento da Câmara FGV em vigor por ocasião da submissão da controvérsia. Os Sócios desde já acordam que nenhum requerimento de arbitragem será submetido à Câmara FGV antes do decurso do prazo de 30 (trinta) dias para que os Sócios nomeiem um mediador de comum acordo e outros 30 (trinta) dias para que seja tentada a conciliação pelo mediador escolhido. Se não solucionada a questão por mediação ou não sendo possível se chegar a um consenso sobre o mediador, deverá ser instaurada arbitragem a ser realizada na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, por 1 (um) árbitro indicado de comum acordo entre os Sócios no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da resposta ao requerimento de arbitragem, ou, caso não haja acordo, por 1 (um) árbitro indicado pelo Presidente da Câmara FGV. O árbitro deverá ter experiência específica na matéria sob discussão, ainda que não sejam integrantes do Corpo Permanente de Conciliadores e Árbitros da Câmara FGV, e, preferencialmente, residir no Rio de Janeiro - RJ.

**Parágrafo Único:** Observado o disposto no caput desta Cláusula Décima Nona acima, os Sócios elegem o foro central da comarca da capital do Estado do Rio de Janeiro, exclusivamente para: (i) a obtenção de medidas liminares ou cautelares, até (a) a nomeação de todos os árbitros e (b) que seja proferida decisão arbitral, liminar ou não,

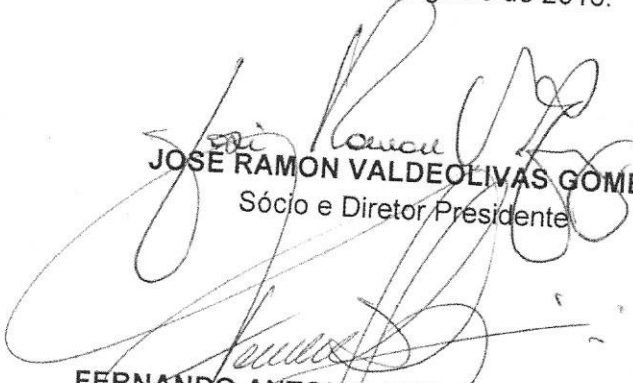
*Handwritten signature and initials.*

*Handwritten signature and initials.*



sobre a mesma matéria submetida ao conhecimento do Poder Judiciário, oportunidade esta em que a decisão judicial cessará seus efeitos e a demanda perderá o objeto; (ii) a execução de medidas coercitivas concedidas pelo tribunal arbitral; (iii) execução da sentença arbitral; e (iv) demais procedimentos judiciais expressamente permitidos pela Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

Brasília, 30 de Agosto de 2016.

  
**JOSE RAMON VALDEOLIVAS GOMEZ**  
Sócio e Diretor Presidente

  
**FERNANDO ANTONIO BATISTA DE MESQUITA**  
Sócio e Diretor

  
**CESAR RENATO DORIA SIMAS**  
Sócio e Diretor

  
**CLAUDIO JOSÉ MARTINS DE MIRANDA**  
Sócio e Diretor

  
**RAMON HASKY VALDEOLIVAS**  
Sócio e Diretor

